Abusos a corrigir

O Plano Piloto de Brasília registra nos autos de infração do Código de Obras, na parte relativa ao uso e serventia das áreas públicas, uma vasta coleção de abusos e irregularidades. Muito embora o planejamento urbano tenha definido, com total transparência os espaços a serem ocupados, de um lado por áreas edificadas, e do outro aqueles destinados ao uso popular, inúmeros comerciantes fingem ignorar as posturas urbanísticas e se lançam a aventuras irresponsáveis, tentando, ao arrepio da lei, transferir a coisa pública para domínio próprio.

A Administração do Plano Piloto, após exaustivas diligências de sua fiscalização, fez um cadastro minucioso das infrações ao Código de Obras, notadamente, nos setores comerciais, onde as faixas destinadas ao ir e vir do povo foram invadidas e ocupadas por anexos de alvenaria, numa afronta às normas legais, num esbulho afrontoso aos interesses da popula-

ção. Sendo o cidadão o único usufrutuário desse condomínio aberto, caberia compulsoriamente, ao Ministério Público providenciar as medidas cabíveis de remoção de tal entulho de pedra e cal, bloqueando áreas destinadas ao povo, seu único e exclusivo donatário.

Desde há dois anos a Procuradoria do DF tem à sua disposição uma listagem completa desses ilícitos, sem que sobre os mesmos haja oferecido despacho autorizando as demolições respectivas. Por ignorância ou má-fé os responsáveis por uma verdadeira grilagem urbana alegam estarem aguardando nova legislação, votada para a revisão do uso das áreas públicas. Sabidamente disso cuidam cerca de dez projetos em curso na Câmara Legislativa, voltados, todavia, em sua totalidade para o problema das áreas verdes, cuja abordagem nem de longe pode justificar a perpetuação de semelhantes monstregos de tijolo e cimento.

03 DEZ 1993

COPIAS